



Estudantes e ditadura civil-militar: a campanha educacional no *Jornal do Brasil* (1964-1968)

Dayane Cristina Guarnieri e Tony Honorato*

Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380, 86057-970, Londrina, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: tony@uel.br

RESUMO. O artigo visa analisar as complexas relações de figuração formadas entre estudantes e a ditadura civil-militar brasileira (1964-1968), a partir das representações presentes no *Jornal do Brasil* – diário impresso e carioca que integrava a grande imprensa da época. A pesquisa parte da perspectiva sócio-histórica proposta por Norbert Elias, que permite uma análise dos processos sociais em curso e utiliza a categoria ‘estabelecidos’ e ‘outsiders’ para examinar criticamente os editoriais, que constituem a principal fonte do estudo. O *Jornal do Brasil*, nesse período, desenvolve um projeto editorial que tinha como objetivo justificar o golpe de 1964 e legitimar a continuidade da ditadura civil-militar, embora, ao mesmo tempo, criasse espaços controlados para a produção de críticas pontuais ao governo. Paralelamente, o *Jornal do Brasil* se empenhou em promover uma campanha educacional voltada para o público leitor, na qual circularam estigmas e emoções que reforçavam e evidenciavam as dinâmicas de diferenciação social e os intensos tensionamentos presentes no contexto educacional daquele momento histórico. No decorrer da análise, percebe-se que o autoritarismo se intensifica de forma significativa nas relações entre os estudantes e o governo, contribuindo para uma maior polarização da sociedade. Isso se torna evidente nas impossibilidades de estabelecer negociações e diálogos efetivos, devido aos valores profundamente divergentes que sustentavam as posições de poder de ambos e à convicção mútua de que a resolução dos problemas políticos e sociais dependia da exclusão da posição de poder do outro.

Palavras chave: universitários; poder; imprensa; autoritarismo.

Students and civil-military dictatorship: the educational campaign in *Jornal do Brasil* (1964-1968)

ABSTRACT. The article aims to analyze the complex figuration relationships formed between students and the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1968), based on representations in *Jornal do Brasil* – a printed daily newspaper from Rio de Janeiro that was part of the mainstream press at the time. The research adopts Norbert Elias's socio-historical perspective, which allows for a deeper analysis of ongoing social processes and applies the concept of the ‘established’ and the ‘outsiders’ to critically examine the editorials, the main source of this study. During this period, the newspaper developed an editorial project aimed at justifying the 1964 coup and legitimizing the continuation of the civil-military dictatorship, while also creating controlled spaces for occasional criticism of the government. Simultaneously, *Jornal do Brasil* sought to promote an educational campaign directed at its readership, through which the newspaper circulated stigmas and emotions that reinforced and highlighted the dynamics of social differentiation and the intense tensions present in the educational context of that historical moment. Throughout the analysis, it becomes evident that authoritarianism significantly intensified the relationships between students and the government, contributing to greater societal polarization. This is evidenced by the inability to establish effective negotiations and dialogues, due to the deeply divergent values that sustained the positions of both parties, as well as their mutual belief that resolving political and social issues depended on excluding the other from power.

Keywords: university students; power; press; authoritarianism.

Estudiantes y dictadura civil-militar: la campaña educativa en el *Jornal do Brasil* (1964-1968)

RESUMEN. El artículo tiene como objetivo analizar las complejas relaciones de figuración formadas entre los estudiantes y la dictadura civil-militar brasileña (1964-1968), a partir de las representaciones presentes

em *Jornal do Brasil*—um diário impresso de Rio de Janeiro que formava parte de la prensa dominante de la época. La investigación adopta la perspectiva sociohistórica de Norbert Elias, la cual permite un análisis más profundo de los procesos sociales en curso, y aplica el concepto de ‘establecidos’ y ‘marginados’ para examinar críticamente los editoriales, la fuente principal de este estudio. Durante ese período, el periódico desarrolló un proyecto editorial destinado a justificar el golpe de 1964 y legitimar la continuación de la dictadura civil-militar, aunque también creó espacios controlados para la crítica ocasional al gobierno. Simultáneamente, *Jornal do Brasil* se comprometió en promover una campaña educativa dirigida a sus lectores, a través de la cual circularon estigmas y emociones que reforzaban y evidenciaban las dinámicas de diferenciación social y las tensiones intensas presentes en el contexto educativo de ese momento histórico. A lo largo del análisis, se evidencia que el autoritarismo intensificó significativamente las relaciones entre los estudiantes y el gobierno, contribuyendo a una mayor polarización de la sociedad. Esto se hace evidente en la imposibilidad de establecer negociaciones y diálogos efectivos, debido a los valores profundamente divergentes que sostenían las posiciones de ambas partes, así como a la convicción mutua de que la resolución de los problemas políticos y sociales dependía de excluir al otro del poder.

Palavras clave: universitarios; poder; prensa; autoritarismo.

Received on October 24, 2024.
Accepted on February 21, 2025.
Published in December 01, 2025.

Introdução

Outrora, o período de 1964 a 1968 era chamado pela memorialística de fase ‘moderada’ da ditadura civil-militar. Essa concepção foi desmistificada pela historiografia (Fico, 2004), que demonstrou a forte repressão promovida no período. A ditadura civil-militar desde o início usou a força para eliminar seus opositores, no entanto, à medida em que a tendência de diminuição do medo das autoridades se ampliava, não deixou de investir em outros recursos para evitar contestações e legitimar-se no poder. Nesse sentido, o campo educacional, que mobilizava estudantes e comovia a sociedade, poderia ser utilizado como um instrumento de controle e promoção de ideias sobre o capitalismo e a modernização autoritária (Cunha & Góes, 1996; Sanfelice, 2007; Motta, 2014).

Na historiografia brasileira, existe um debate em torno da denominação do golpe de 1964 e da ditadura que implica em responsabilidades políticas e sociais que ainda hoje suscitam tensões na sociedade. O presente artigo parte das relações de interdependência entre sociedade civil e forças militares, aproximando-nos da definição de ditadura civil-militar utilizada por Reis Filho (2014a), que ressalta o caráter civil, apesar de considerar que o exercício do poder era desigual entre os chefes militares e os apoiadores civis.

A compreensão das relações entre a sociedade civil e os militares durante a ditadura civil-militar é um tema sobre o qual a historiografia se debruça para evitar reducionismos unilaterais (Rollemberg & Quadrat, 2010) e lembrar que a ditadura foi uma ‘construção social’ (Reis Filho, 2014b). Nessa direção, esse microcosmo figuracional – estudantil – proposto na pesquisa pode contribuir para a compreensão do funcionamento das dinâmicas das relações sociais.

O uso dos periódicos como fonte histórica contribui para a compreensão das complexas relações de interdependência que se formam no dia a dia do espaço público e político. Dessa forma, a História da Educação dialoga com a historiografia ao considerar os periódicos como suportes com rastros de experiências cotidianas que indiciam mudanças e permanências de comportamentos fixados por uma memória imediata.

Os periódicos diários revelam práticas e discursos educacionais e suas repercussões sociais. Na prática, o pesquisador deve juntar os fatos e identificar as diferentes versões do todo para compreender o processo histórico educacional (Carvalho et al., 2002, p. 72).

Neste artigo, a imprensa é tomada como fonte histórica (Capelato, 1988; Ribeiro, 2003; Barbosa, 2015), especialmente o *Jornal do Brasil*. O *JB* é um periódico fundado em apoio à Monarquia e publicado pela primeira vez em 9 de abril de 1891. Os seus fundadores foram Rodolfo Dantas, ex-Ministro da Educação do Império, e Joaquim Nabuco, também colaborador da Monarquia. Em 1919, o Conde Pereira Carneiro adquire e recupera o periódico. Em 1954, a proprietária do *JB*, Condessa Maurina Pereira Carneiro, e seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito, assumem a direção e iniciam um período de reformas gráficas que mudam o público-alvo do jornal (Lessa, 1995), que antes era formado pela classe média e as camadas populares, para a classe média e a elite.

Essa transformação na imagem do impresso contribuiu para inseri-lo entre os periódicos mais importantes da imprensa nacional. Na década de 1960, o *JB* já era um grande matutino carioca com expressiva

representatividade, que se autodefinia como veículo de comunicação “[...] católico, liberal e independente [...]”, com orientação de “[...] neutralidade política” (Motta, 2018).

Desde 1961, já havia na imprensa desconfianças sobre a posição do governo Goulart, que passou a ser observado de perto. Porém, o retorno do presidencialismo e do crescimento da mobilização social levou o *Jornal do Brasil* e a maior parte dos periódicos a formarem um bloco de oposição ao governo constitucional (Napolitano, 2014), que passa a promover a desestabilização da imagem de Goulart, além de reivindicar a intervenção militar.

Em 1963, as rádios cariocas *Jornal do Brasil*, *Globo*, *Tupi* e centenas de emissoras afiliadas criam a Rede da Democracia, cujo foco era dar voz para os opositores do governo de Jango, dentre eles membros da União Democrática Nacional (UDN) e do complexo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que financiavam as campanhas dos candidatos anticomunistas (Carvalho, 2013).

Em 1964, a maioria da grande imprensa se alinha ao empresariado, que temia as reformas de base, para aderir ao golpe civil-militar (Dantas, 2014). Na época do golpe civil-militar, a maioria dos proprietários dos periódicos eram adeptos do liberalismo econômico e se identificavam com a UDN, partido que, junto com os militares, conspirou contra o governo de Goulart. Eram udenistas os donos dos principais periódicos - *O Estado de S. Paulo* (OESP), *O Globo* (OG) e *Gazeta Mercantil* (GM) (Abreu, 2006).

Desde 1963, a posição política do *JB* era clara, evidenciada pelos ataques à imagem do governo Goulart. Alberto Dines, editor-chefe do periódico entre 1961 e 1973, assim como outros jornalistas, também se opunha ao governo. Dines destacou que o *JB* identificava Jango como um ‘antilegalista’, uma percepção compartilhada por outros veículos da imprensa, como o *Correio da Manhã* (Abreu, 2006).

O posicionamento do *Jornal do Brasil* (JB) ocorreu em um contexto de ascensão de pautas populares, impulsionadas pelas reformas de base, que o periódico acusava de serem populistas, com o objetivo de agitar as massas e instaurar a desordem, permitindo que o presidente se mantivesse no poder. No entanto, nunca houve comprovação das supostas pretensões de reeleição por parte de Goulart.

O foco da análise são os editoriais que se localizam na página de opinião, como se observa na Figura 1. Ela adquire esse formato fixo a partir de 1963 e prossegue assim até 1975, quando a coluna *Coisas da Política* (à direita) cede espaço para as charges. Os editoriais de coluna dupla se inserem no centro da página, entre a coluna tripla fixa, *Coisas da Política*, e as colunas únicas (à esquerda), que se revezavam: a *Cartas dos Leitores*, os comentários literários de Josué Montello ou apontamentos políticos de Mário Martins. Abaixo de *Coisas da Política*, existe a coluna tripla autoral em que escrevem principalmente os jornalistas Barbosa Lima Sobrinho, Carlos A. Dunshee de Abranches, Tristão Athayde, Martins Alonso, Octavio Costa, Otto Engel e L. G Nascimento Silva.

O editorial é o texto que mais se diferencia dos demais, Bahia (1990, p. 98) explica que ele expressa a “[...] voz do dono, é seu ponto de vista, o que pensa e o que diz o publicador”. Nesse sentido se caracteriza por ser uma notícia engajada, informativa que possui opinião, pois o seu objetivo é refletir, julgar ou analisar os acontecimentos selecionados, o que lhe confere um tom doutrinário e um estilo persuasivo e direto que o diferencia das notícias, reportagens, entrevistas ou comentários (Bahia, 1990).

Este artigo analisa as representações simbólicas que o *Jornal do Brasil* promoveu acerca das relações entre estudantes e ditadura civil-militar brasileira entre 1964 e 1968. Essas representações apresentam sujeitos interdependentes, plurais, com posições de poder diferentes, que integram a figuração da educação escolarizada e podem fornecer pistas sobre as especificidades dessa relação marcada por tensão e disputa.

Para isso, investigou-se os editoriais do periódico, selecionados nas edições publicadas a partir do dia 1 de abril de 1964 até o dia 14 de dezembro de 1968, um dia após a imposição do Ato Institucional n.º 5, momento em que a produção de editoriais é interrompida. Apenas no dia 3 de janeiro de 1969 a produção de editoriais e colunas políticas voltam a circular. Na Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Biblioteca Nacional, foram consultadas 1.464 edições e foram encontrados 303 editoriais que abordam a educação escolarizada (escolas, universidades, analfabetismo, manifestações estudantis, estudantes, governo, etc.).

Na análise dos editoriais a primeira observação foi o seu aumento quantitativo a partir de 1966, com ênfase em 1968, como mostra a Figura 2. Essa expansão editorial acompanha o aumento de espaço e da frequência que o assunto adquire em outras partes do periódico – capas, colunas, notícias, fotografias, reportagens e artigos –, o que se relaciona com a intensificação das práticas sociais estudantis – manifestações públicas e confrontos com as autoridades.



Figura 1. Jornal do Brasil de 4 de abril de 1968, p. 6, n.º 308.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2024).

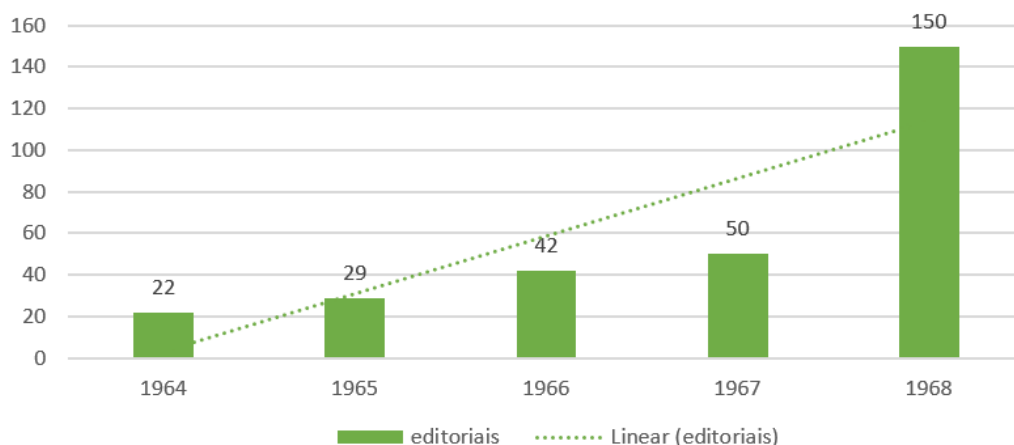


Figura 2. Quantidade de editoriais do Jornal do Brasil sobre Educação (1964-1968).

Fonte: Autores (2024) (realizado a partir de editoriais consultados nas edições do *Jornal do Brasil*, que estão na Hemeroteca Digital Brasileira (2024)).

Nos editoriais, foi possível identificar as temáticas frequentes, acompanhar a conjuntura do debate educacional, as práticas e mitos sociais em torno da educação escolarizada, bem como investigar a relação de interdependência entre estudantes e a ditadura civil-militar ao longo dos anos. Para tanto, destacou-se no artigo como esses debates se relacionam com *habitus social*, a conjuntura sócio-histórica, a violência, a conquista do espaço público e os tensionamentos entre estabelecidos e *outsiders*.

A campanha educacional nos editoriais do *JB*

Além de usar a força, a ditadura civil-militar se preocupou com a sua legitimidade (Rezende, 2013; Ridenti, 2014). Os seus integrantes e apoiadores defenderam o seu compromisso com a democracia e as reformas, com o objetivo de construir uma aparência de normalidade. O *Jornal do Brasil*, embora colaborasse para a formação dessa imagem idealizada, também apresentou pautas políticas e socioeconômicas divergentes dos governos ditatoriais. Por isso, embora tenha aderido à ditadura civil-militar, gradualmente abria espaços para críticas, ainda que de forma menos enfática em comparação ao *Correio da Manhã* (Alvim, 1979). Contudo, essas críticas não eram apenas para criticar a natureza da ditadura ou a sua existência; em muitos momentos, os embates se formam sobre as discordâncias sobre as prioridades e agendas políticas.

Ao desenvolver a sua campanha educacional nos editoriais, o *JB* questionou como a ‘Revolução de 1964’, com os seus poderes excepcionais, enfrentaria o problema da educação. Sua sugestão era seguir o exemplo educacional de países desenvolvidos, como os Estados Unidos. O editorial ‘Revolução básica’ (1964) destaca que a reforma educacional deveria ser uma das marcas históricas da ‘Revolução’, já que a República não se atraiu e não se apaixonou pela educação, o que resultou no subdesenvolvimento. Novamente, em ‘Revolução e Educação’ (1964), o *JB* retoma à ideia de que para ser uma ‘grande nação’ e ser ‘influyente’, precisaria ter a educação como pauta de preocupação.

A marginalização decorrente da falta de escolarização e de uma educação diferenciada fazia parte do *habitus* social brasileiro. Sob a perspectiva de Elias e Dunning (1992), o termo *habitus* social é utilizado em vez de ‘cultura’ para definir comportamentos automáticos e socialmente desejáveis, caracterizados por um alto nível de autocontrole. Embora aparentemente ser fruto do livre-arbítrio do indivíduo (Elias, 1994), o *habitus* social é formado por comportamentos apreendido ao longo do tempo e internalizados nos indivíduos e na coletividade, constituindo o que Norbert Elias denomina de ‘segunda natureza’. Complementando essa concepção, Dunning e Mennell (1997) definem o *habitus* como um saber social incorporado, marcado tanto pela permanência quanto pela mudança.

Na década de 1960, havia apenas oito milhões de alunos no ensino primário (Paiva, 1990). Em 1965, havia dois milhões de matrículas no ensino secundário (Romanelli, 1986) e, em 1964, os universitários se restringiam a cento e quarenta e dois mil (Motta, 2014). O índice de analfabetismo naquele período era de 39,5% (Paiva, 1990).

Em 1964, acusa-se o regime, em seu início, de se concentrar apenas no campo da repressão e se esquecer das reformas. O *JB* relembra que a educação foi subvertida no governo deposto (Revolução e educação, 1964). Essas reformas requeridas pregam uma integração diferenciada por meio da escolarização.

No final de 1964, o clima de férias é representado pela frustração diante de uma ‘Revolução’ que deixou de apresentar saldo positivo na educação (Educação eleitoreira, 1964). Editoriais como ‘Perspectivas sombrias’ (1965), ‘Drama da educação’ (1965), ‘Caso de angústia’ (1965), ‘Educação clandestina’ (1965), ‘Recursos estéreis’ (1965), ‘Retrocessos’ (1965), ‘Falência do ensino’ (1965), ‘Inépcia e obstinação’ (1965) indicam a ideia de uma tradição em que não há ‘paixão pela educação’ e que o Estado a trata com descaso.

Os editoriais apontam para figurações escolarizadas caracterizadas pela ‘estética da falta’ (Veiga, 2022), ou seja, são definidas por aquilo que não possui ou não são (Recursos estéreis, 1965). Em ‘Oferta de ensino’ (1965) e ‘Consciência educacional’ (1965), os editoriais suplicam para que a ‘Revolução’ não aceite as péssimas projeções para 1970, que indicavam a continuidade da falta de vagas e de altos índices de analfabetismo.

Nos editoriais, a universidade se vincula estreitamente ao desenvolvimento socioeconômico, sendo considerada fundamental para a modernização conservadora (Motta, 2014; Reis Filho, 2014b) do governo ditatorial. A princípio, o *JB* considerou que as mudanças deveriam acontecer de cima para baixo e se aproximou da proposta do governo, que priorizou investimentos no ensino superior (Revelações do óbvio, 1964).

Porém, posteriormente, ao ficarem evidentes os problemas causados pelo aumento da demanda do ensino secundário público e pelas dificuldades da classe média em se manter nas escolas particulares, com os constantes aumentos de anuidades e materiais escolares e péssima qualidade de ensino, o periódico reconsidera sua postura em ‘Tempo perdido’ (1965), ‘Grita artificial’ (1966) e ‘Educação obsoleta’ (1966), defendendo a gratuidade no nível médio, ao invés da gratuidade do ensino superior.

Constata-se que o principal obstáculo para a democratização do ensino médio era o fato de que metade dele estava restrita à iniciativa privada, oferecendo uma educação de baixa qualidade e inacessível para a maioria da população. Diante dessa constatação, o *JB* acusa essa marginalização de discriminação contra uma grande parcela da sociedade, especialmente jovens que haviam concluído o ensino primário, mas não

dispunham de recursos financeiros para continuar os estudos, sendo eles, segundo o periódico, o público-alvo do ensino técnico (Preparo profissional, 1966).

A partir desse momento, o ensino técnico de nível médio ganha maior destaque na campanha educacional. O editorial 'Preparo profissional' (1966, p. 6) apresenta essa modalidade como uma alternativa para jovens com "[...] insuficiência de recursos para prosseguirem os estudos". Além disso, critica o preconceito social da classe média em relação ao ensino técnico-profissional, atribuindo essa resistência à valorização histórica do bacharelismo.

Em prol das carreiras técnicas, o periódico dissemina a ideia de que elas seriam "[...] menos exigentes quanto à duração e aos currículos [...]" e, dessa maneira, se evitaria "[...] criar mais vagas de doutores" (Vestibulares, 1967, p. 6; Excedentes, 1967, p. 6). A 'superprodução de bacharéis' era alvo de críticas constantes nos editoriais, que alegam existir no ensino superior "[...] 50 por cento dos alunos fazendo curso de Direito, Filosofia e Ciências Sociais", cursos que para o periódico ficavam no 'reino do vago' e era resultado de um 'ensino médio formalista' que não prepara os estudantes para cursos como Medicina e Engenharia (Educação, 1967, p. 6).

Desde o início de 1965, o *JB* aponta para a necessidade de se qualificar a mão de obra que seria diferenciada em três níveis – especializado, técnico-profissional e científico –, chamando o apoio dos empresários para investir no setor educacional, visando o retorno financeiro desse investimento. O periódico defende que ele deveria "[...] preceder as necessidades e até mesmo estimular a industrialização" para o progresso (Atos e palavras, 1965, p. 6).

O ensino técnico está diretamente relacionado a outro tema recorrente: os excedentes universitários. Ele é visto como uma solução para minimizar tanto a intensa concorrência por vagas nas universidades, quanto a necessidade de formação de mão de obra qualificada. Cunha (2014) analisa essa questão ao destacar que a crescente dependência do diploma universitário se tornou a principal forma de ascensão social da classe média que, após 1964, estabeleceu um vínculo com a ditadura, exercendo pressão para a expansão dos cursos superiores – uma prática que já ocorria desde a década de 1950. Diante da incapacidade do ensino superior público de absorver todos os candidatos e das restrições orçamentárias, o governo propôs a profissionalização do ensino médio como uma estratégia para reduzir essa demanda, oferecendo uma habilitação profissional voltada ao mercado de trabalho, embora sem dados concretos que comprovassem essa necessidade.

Ainda assim, desde o início da ditadura, o *JB* difundia a crença de que mercado precisava de profissionais de nível técnico ao enfatizar que os "[...] técnicos eram disputados pelas empresas particulares e pela administração pública" (Reforma universitária, 1965, p. 6). Embora o *JB* apoiasse a agenda governamental de fortalecimento do ensino técnico, também questionava a falta de implementação concreta da proposta e os investimentos insuficientes na área. Ele afirmava que mesmo diante da necessidade desses profissionais, o ensino técnico continua na mesma penúria que havia antes da ditadura civil-militar (Atos e palavras, 1965).

O estudo de Souza (1981) analisa a atuação do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) na formulação de políticas educacionais, evidenciando sua reação ao crescimento dos protestos estudantis de 1968, que resultou na elaboração do documento '*A educação que nos convém*', voltado para a defesa dos interesses político-ideológicos do empresariado. A autora conclui que as propostas de reforma educacional defendidas pelo IPES incluíam a profissionalização do ensino médio, a seletividade do ensino superior para a formação de elites e a promoção da crença de igualdade de oportunidades no ensino de nível médio e superior por meio de bolsas de estudo destinadas 'aos mais capazes'.

Os empresários brasileiros compartilham com o *JB* e o governo a mesma perspectiva, que prioriza a diferenciação do ensino e a disseminação de crenças sociais para sustentá-la como uma solução para a crise estudantil e educacional. Germano (1993, p. 129) destaca que o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) desempenhou um papel crucial para moldar uma educação, que teria o objetivo de "[...] servir ao desenvolvimento social da empresa brasileira [...]", promovendo a vinculação direta entre educação e mercado de trabalho, a defesa do ensino pago, a racionalização do sistema educacional e a profissionalização do ensino médio, antecipando diretrizes que seriam formalizadas na Lei nº 5.692 (1971).

Nos editoriais e nas propostas governamentais de reformas educacionais, é possível observar uma ênfase na abordagem dos problemas das universidades que ganhavam mais espaços nos periódicos e ocupavam com frequência a fala das autoridades. Essa prioridade está relacionada ao maior gradiente de poder da classe média, que conseguia exercer pressão para a ampliação de sua escolarização, em contraste com o menor poder de influência de crianças pobres e analfabetos. Por isso, a campanha editorial defendia com urgência a

aprovação da proposta do Executivo para a adoção do regime de tempo integral para os professores universitários, associando essa medida ao combate ao semianalfabetismo e à subversão.

O presidente destacava que o papel do professor era manter a normalidade do ensino, impedindo a interferência da política (Primado do ensino, 1964; Mestres e alunos, 1964). O objetivo, portanto, era formar um professor integral, dedicado exclusivamente à universidade e que, assim, pudesse contribuir com o controle dos inconformismos estudantis e com a eliminação de espaços de ociosidade. Os editoriais apresentam os estudantes como aqueles a serem recuperados, orientados e regenerados a partir de exemplos de autoridade ou atrativos educacionais (professores em tempo integral, laboratórios, tecnologia, viagens, bolsas, espaços, materiais, livros) que os distanciassem da esfera política.

Nos editoriais ‘Futuro Ameaçado’ (1966) e ‘Sintoma’ (1966), é destacada a contradição do governo ao exigir dos estudantes maior interesse pelos estudos e questões acadêmicas, enquanto não promovia reformas que realmente melhorassem a educação, como a ampliação de vagas, a melhoria da qualidade do ensino e a renovação da gestão universitária. Essa crítica também é evidente em ‘Desacerto’ (1966, p. 6), ao afirmar que o governo “[...] não fez e parece não saber o que fazer [...]”, mesmo detendo “[...] poderes excepcionais [...]”, evidenciando sua inércia na área educacional. As críticas do periódico ressaltam a ausência de projetos e reformas profundas para a política educacional nacional, com ações parciais que confirmam o papel da ditadura civil-militar em assegurar a ordem socioeconômica (Saviani, 2008). No que diz respeito à política universitária, não havia um consenso sobre seus rumos, o que gerava, segundo Motta (2014), um sentimento de angústia.

Os editoriais ‘Os Reitores e as Pupilas’ (1967), ‘Reitores e Promotores’ (1967), ‘Ano da Ignorância’ (1967) e ‘Demolidores da Educação’ (1967) descrevem a tristeza diante de um governo que apresentava promessas sem ações e de um Ministério da Educação medíocre. Em 1968, a campanha educacional se concentra em temas sobre a educação superior, vista como um problema que se multiplica e cuja solução é sempre adiada. Essas descrições estão em editoriais como ‘A Resposta dos Moços’ (1968), ‘Comportamento Coletivo’ (1968), ‘Círculo de Giz’ (1968), ‘Questão de Brio’ (1968) e ‘Falência Universitária’ (1968).

O sistema educacional como problema é caracterizado pelas suas faltas de “[...] vagas nas escolas, [...] oportunidade de estudo, [...] política tradicional de Educação [...]” e “[...] sintonia entre os planos governamentais e a reação popular [...]”, além da “[...] ausência de uma perspectiva segura de oportunidades na vida, [...] a falta de garantia de realização pessoal [...]” e de “[...] participação na vida do país [...]”, o que é imposto por um processo de “[...] afunilamento das possibilidades de estudar” (Círculo de Giz, 1968, p. 6; Marcando Passo, 1968, p. 6; Líderes e Liderados, 1968, p. 6). Esses editoriais realçam que a ditadura civil-militar perpetuou o *habitus* social de marginalizar as pessoas pela falta de educação.

Nos editoriais, defende-se a educação escolarizada como um instrumento para ‘civilizar’ os brasileiros segundo os moldes dos países ‘desenvolvidos’, especialmente ao estilo estadunidense, e como um caminho para alcançar a democracia. Na concepção do periódico, a omissão de investimentos e a persistência das ‘deficiências’ na educação, que não era tratada como uma área prioritária, faziam parte do *habitus* social que a ditadura civil-militar perpetuava.

A seguir, se observa, por meio das representações do *JB*, aspectos que caracterizam a dinâmica da relação entre a ditadura civil-militar e os estudantes universitários nos momentos iniciais em que esse novo regime político se estabelece. Considera-se a percepção editorial sobre essa relação, assim como os impactos das ações políticas e sociais sobre as mudanças nas opiniões do periódico.

O uso da violência e o afastamento entre os estudantes e a ditadura civil-militar

O primeiro editorial sobre educação após o golpe civil-militar, ‘Educação e Política’ (1964), acusava o governo de Goulart de utilizar a educação como um instrumento político do Ministério da Educação e da União Nacional do Estudantes (UNE), usados para envenenar os órgãos do sistema educacional com o continuísmo e o comunismo. O editorial propõe um programa educacional ‘democrático’, ou seja, “[...] uma política de educação e não a educação política” (Educação e Política, 1964, p. 6). Também em ‘A efígie’ (1964) reforça-se a ideia de que, ao invés de coagir o governo, precisa se reconquistar e convencer as organizações estudantis, assim como os operários e os camponeses atingidos pela ‘Revolução’.

A posição do editorial logo confirma que os estudantes universitários ocupavam uma posição privilegiada no contexto da educação formal, sendo considerados a expressão mais ilustrada do país, agentes do futuro e do desenvolvimento. Eram vistos como indivíduos com potencial para alcançar posições sociais mais elevadas,

devido ao acesso a recursos e a um espaço que a maioria da população da época não conseguia alcançar. Nesse sentido, os universitários constituíam um grupo estabelecido dentro das esferas escolarizadas.

A projeção da imagem do universitário, associada à possibilidade de sucesso, tornava sua posição desejada por muitos *outsiders* – aqueles fora das figuras universitárias e, em alguns casos, até fora do sistema escolar –, além de ser respeitada por grande parte da sociedade, que visava usufruir dos benefícios decorrentes das funções sociais que exerceriam. Ademais, a universidade desempenhava um papel central no projeto de modernização conservadora da ditadura civil-militar que, por sua vez, mantinha em relação a ela um grau considerável de dependência.

A ditadura civil-militar autodenominou-se ‘Revolução’, alegando contar com apoio popular para combater a corrupção, o comunismo e a subversão, além de prometer profundas transformações (Árvore Secular, 1967). No entanto, o descaso com as reformas educacionais (Marcando Passo, 1968) e o crescimento das mobilizações estudantis – embora lideradas por um grupo minoritário, como parte dos universitários – conseguiram engajar diversos setores da sociedade a se posicionarem contra o regime e seus representantes. Esses fatores contradiziam o discurso oficial e dificultavam a consolidação de sua legitimidade.

Como mencionado, os estudantes eram os estabelecidos no sistema escolar, mas na esfera política, parte deles se tornam *outsiders* quando o aumento do controle do Estado contribui para reduzir sua autonomia, marginalizando-os das formações políticas, da construção de políticas públicas e afastando-os dos atos decisórios. Isso ocorre porque o estudante ideal para a ditadura, além continuar a ser um elemento fundamental para perpetuar o mito social da educação escolarizada como um instrumento civilizador capaz propiciar igualdade e resolver os problemas socioeconômicos, deveria, na conjuntura vigente, apresentar comportamentos afinados com os valores ditatoriais, como ordem, disciplina, moralidade, despolitização e obediência às autoridades estabelecidas.

Diante disso, o primeiro governo da ditadura civil-militar priorizou a aplicação de ações repressivas para desarticular as agremiações políticas e colocar na ilegalidade estudantes de oposição e aqueles com pretensões políticas (Política estudantil, 1965, p. 6). A violência dos momentos iniciais de 1964 foi considerada necessária pelo *JB*; no entanto, a continuidade da coerção física não era plenamente aceita, pois contribuía para a criação de uma imagem negativa do país e do novo regime que, em seus discursos, defendia a democracia. Além disso, as ações repressivas no ambiente universitário intensificavam os conflitos entre o governo e os estudantes, mobilizando outros sujeitos e grupos sociais que se engajavam em movimentos de apoio e solidariedade, o que parecia fortalecer a resistência dos universitários de oposição à ditadura civil-militar.

Nesse momento, a crítica do periódico à violência direcionada aos estudantes insere-se em um processo de mudança na linha editorial que, após o Ato Institucional nº 2, intensifica a publicação de opiniões com uma postura mais crítica em relação à atuação do governo. O governo foi acusado de fomentar a instabilidade social por meio da proliferação de Atos Institucionais e Complementares, além de desrespeitar os rituais democráticos. Nesse contexto, o periódico passa a defender a transição democrática. No entanto, essa postura crítica não é contínua nem rígida, sendo intercalada por editoriais mais moderados, que refletem momentos de recuo.

O Ato Institucional nº 2 evidenciava a continuidade da ditadura civil-militar, contrastando com o caráter provisório que o *Jornal do Brasil* destacava como elemento central para legitimar a chamada ‘Revolução’ – uma característica considerada essencial também pelo restante do grupo de liberais golpistas, incluindo a grande imprensa. Napolitano (2017) contribui para a compreensão desse processo ao destacar que a direita civil era favorável a uma ditadura saneadora e moderada, mas não desejava a consolidação de um regime autoritário institucionalizado e sem prazo de término.

Diferentemente do *Correio da Manhã*, que rompeu rapidamente com a ditadura civil-militar ao interpretar o Ato Institucional nº 1 como uma traição aos valores constitucionais (Napolitano, 2017), o *Jornal do Brasil* manteve uma postura predominante de apoio, passando a deflagrar maiores críticas após o AI-2, quando houve um afastamento dos liberais.

Entre 1964 e 1965, as desilusões dos liberais, aliadas ao chamado ‘terrorismo cultural’ — caracterizado por perseguições políticas, inquéritos policiais e militares, censura e discursos retrógrados —, afastou do governo até estudantes que não se identificavam com as orientações de esquerda (Martins Filho, 2007). Os principais alvos eram estudantes, operários, artistas, jornalistas e intelectuais. O termo ‘terrorismo cultural’ cunhado pelos escritos e jornalistas do *JB*, Athayde (1964) foi amplamente difundido entre 1964 e 1966, sendo utilizado por estudantes, jornalistas e opositores da ditadura civil-militar como uma forma de denúncia contra a repressão. O conceito transcendeu o ambiente universitário e se manifestou no cotidiano.

Essa intensificação autoritária entra em conflito com as novas tendências, como a redução do medo das autoridades (Wouters, 2009), a igualdade jurídica e a diminuição das diferenças de poder entre governantes e governados (Elias, 2006). A insatisfação com a marginalização e o acirramento do autoritarismo gera as tensões que marcam as disputas de poder entre autoridades e estudantes, o que transforma a figuração em um lugar de lutas políticas e sociais, extrapolando os muros das escolas.

Em 1965, se retoma o debate sobre a Reforma Universitária, em pauta desde antes do Governo de Jânio Quadros. Ela se torna uma das principais bandeiras da campanha educacional dos editoriais. Nessa reforma, se apontava a despolitização estudantil como uma prioridade. Esse tema se impôs na agenda política nacional e editorial, principalmente após a proposta conhecida como Lei Suplicy, que extinguiria as organizações estudantis. O seu objetivo era controlar ou desmobilizar a figuração estudantil contestatória e de oposição, além de impedir a sua influência sobre outros grupos.

O governo aconselha os estudantes que tenham uma vocação política que procurem partidos políticos ou organizem seus grupos políticos – mas não como membros do conselho usando verbas públicas. Não fica proibida ao estudante fazer política. O que ele não pode é transformar a classe estudantil num grêmio político (Estudantes e ministros, 1964, p. 6).

Como se observa em seus editoriais, o *JB* defendia o afastamento dos estudantes das atividades políticas, limitando suas reivindicações exclusivamente a questões de caráter educacional. Para consolidar esse controle estudantil, o ministro da educação implementou a Lei Suplicy, amplamente rejeitada pela comunidade universitária, e que acabou se tornando um símbolo para a reorganização do movimento estudantil (Martins Filho, 2007; Sanfelice, 2007). A reação dos estudantes, aliada à crescente consolidação de uma imagem negativa da ditadura civil-militar, devido às perseguições, surpreendeu o governo (Martins Filho, 2007).

Na segunda invasão da Polícia Militar à Universidade de Brasília, em greve contra o autoritarismo da reitoria, alunos e professores foram espancados. Em ‘Impasse a gravar’ (1965), é descrito que a sociedade condenou essa ação da polícia, o que também suscitou a solidariedade em outras universidades. Enfim, dizia-se: “Há um desencontro até agora entre Revolução e Educação no Brasil” (Modernização universitária, 1966, p. 6).

Na Universidade Federal de Santa Maria, o *JB* aplaude os conceitos educacionais adotados pelo Presidente Castello Branco, que definem as universidades como ‘laboratórios de soluções’, relacionando a sua função com o desenvolvimento do país. Porém, em contraposição, o periódico também afirma que apesar do excelentes diagnósticos e conceitos, o governo precisava partir para as ações reformistas, pois a realidade mostrava que os temas de ensino estavam somente associados a ações como repressão do governo a estudante em greve, a politização subversiva e a falta de vagas nas escolas, ao conflito com os mestres, ao problema com anuidades, às reprovações em massa, aos desajustes vocacionais etc (Desafio sem proposta, 1966).

A falta de reformas educacionais estava atrelada aos valores liberais que orientavam a política econômica de Castello Branco e, conseqüentemente, apontavam para uma contenção de gastos. Havia impasses dentro do próprio governo entre os antirreformistas, que defendiam a desvinculação do Estado provedor com as universidades, e os reformistas, que resistiam (Motta, 2014).

A obrigatoriedade do pagamento da anuidade, proposta pelo governo, foi implementada em diversas instituições, sendo a Universidade Federal de Minas Gerais a primeira a adotá-la. Essa medida gerou conflitos no meio estudantil, que se intensificaram em Belo Horizonte e rapidamente se espalharam para outras regiões do país (‘Modernização universitária’, 1966). Em seguida, uma greve dos estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia foi deflagrada em protesto contra a cobrança da anuidade. O periódico, desde 1965, defendia o pagamento das unidades, sustentando que a gratuidade indiscriminada do ensino superior era uma prática antidemocrática e discriminatória, que perpetuava privilégios de uma minoria (Inversão de valores, 1966).

A luta pela gratuidade do ensino superior se estendeu e foi perpassada por outras demandas estudantis, como a liberdade de expressão e reunião e o fim da violência contra os estudantes. As manifestações ganham força diante da postura repressiva da força policial e das autoridades universitárias, que respondiam aos protestos realizados dentro das universidades e nas ruas com repressão violenta, incluindo espancamentos, cercos, prisões, expulsões, suspensões, desapropriações, cortes de verbas, invasões, proibição de reuniões e de manifestações, além da restrição à liberdade de expressão.

Os estudantes se recuperaram rapidamente das mudanças impostas pela ditadura, consolidando-se como a principal força de oposição ao regime civil-militar (Martins Filho, 2007). Em 1966, uma onda de protestos estudantis, marcada por uma articulação aparente e conectada por sentimento de solidariedade e inconformismo, se expandiu pelo país e conquistou, em diversas ocasiões, o apoio de outros segmentos da sociedade, como intelectuais, clérigos, advogados, setores populares e políticos.

Nesse cenário, o *JB* critica a indiferença e inépcia das suas autoridades, que não conseguiam encontrar na prática uma solução para a crise educacional (Falência do Ensino, 1965). Em ‘Incompetência subversiva’ (1966, p. 6), o governo é acusado de não escutar as queixas dos “[...] estudantes que querem estudar”. Ao longo dos anos, a persistência desse alheamento do que o periódico chama de “[...] legítimas aspirações estudantis” (Líderes e Liderados, 1968, p. 6) resulta na acusação de “[...] omissão da Revolução de 64 [...]” diante da maior onda de maior “[...] insubmissão estudantil [...]” do país (Revolta, 1968, p. 6).

As constantes manifestações nas ruas são retratadas pelo periódico como fontes de angústia e insegurança, reflexos de um sistema político fragilizado, marcado por eleições indiretas e restritas, além de oportunidades limitadas de participação (‘Sintoma’, 1966). Assim, ele faz uma dupla crítica ao reprovar tanto a repressão e o imobilismo do governo, quanto a agitação estudantil, defendendo a necessidade de imposição da autoridade para restabelecer a ordem, considerada essencial para a existência da sociedade e da nação. Nesse contexto, argumenta que as reformas educacionais só podem ser implementadas dentro da ordem (Tumulto estudantil, 1966; Hora de agir, 1966).

Ao final do longo período de agosto de 1966, os editoriais ‘Hora de Agir’ (1966) e ‘Ponto Final’ (1966) destacam as manifestações estudantis em vários centros do país (Goiás, Brasília, Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais). ‘Batalha perdida’ (1966) descreve as emoções caóticas no ensino e os sentimentos de falta de motivação e frustração. Na reflexão sobre as realizações educacionais do governo de Castello Branco, o *JB* conclui que o seu saldo foi o aumento da distância entre os ‘responsáveis pelo poder’ da ‘nova geração das escolas’ e a intensificação de protestos.

A expansão e a continuidade dessas manifestações em várias faculdades e entidades estudantis, oficiais ou não, especialmente a partir de março de 1966, levaram os editoriais do *JB* a retratar de forma mais negativa a imagem dos estudantes que se manifestavam. Na interpretação do *JB*, as manifestações estudantis representavam um risco de desordem, promovido pela disseminação de um clima de inquietação e ameaça, que o lembrava os momentos que antecedem o golpe civil-militar.

Esse comportamento reivindicatório dos estudantes que optou por enfrentar uma ditadura civil-militar, que detinha o monopólio oficial da força, revela que, nesse momento, parte dos estudantes não demonstravam receios em reivindicar os recursos que lhes foram negados, como liberdade, espaços, vagas, diálogo, participação e direitos.

Desde o final de 1964, a União Nacional dos Estudantes (UNE), que liderava o movimento estudantil, foi extinta oficialmente pela ditadura e posta na clandestinidade. Desde 1957, ela vinha ganhando notoriedade ao se envolver em questões de relevância nacional, como a campanha pela criação da Petrobras e da defesa da legalidade em 1961. Sua atuação política e social, anteriormente, era permitida e até exercida em colaboração com as autoridades.

Durante o governo de João Goulart, parte das reivindicações das organizações estudantis foram acolhidas e alguns de seus militantes chegaram a cargos oficiais (Motta, 2014). Nesse governo sua atuação pública e política foi constante até o final. Sua participação foi ativa na frente nacional-popular, seu objetivo era ampliar a participação estudantil e expandir o ensino público gratuito (Martins Filho, 2018). No plebiscito de 1963, por exemplo, fez campanha pelo ‘NÃO’ ao parlamentarismo e pela defesa do presidencialismo (Azevedo, 2010) e discursou no Comício do dia 13 de março de 1964.

Dessa maneira, as reivindicações estudantis durante a ditadura tinham como objetivo principal a retomada de espaços e recursos de poder anteriormente perdidos. Nesse processo, é possível observar que os estudantes de esquerda, engajados nas manifestações, mantinham vivas ideias, comportamentos e valores do passado, justamente aqueles que a ditadura civil-militar buscava erradicar. Para isso, o regime tentou afastar esses jovens de posições de influência que lhes garantiam maior poder, liberdade e autonomia. Essa estratégia visava preservar o controle do poder, eliminando aqueles que questionavam abertamente seus valores, fundamentos e legitimidade. Esse embate definia a dinâmica das relações entre o governo e o movimento estudantil.

Aqui, o poder é compreendido a partir da perspectiva de Elias (2018), que o define como uma característica estrutural das relações humanas, sendo, portanto, sempre relacional. O poder está ligado à capacidade de ação e à dependência: quando somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, esses detêm mais poder sobre nós. Nesse sentido, essa relação entre estabelecidos-*outsiders* era marcada por uma significativa assimetria de poder.

É inegável o elevado grau de dependência das figurações universitárias e das entidades estudantis em relação ao Estado, que detinha o controle dos recursos financeiros, do aparato coercitivo, das leis e das instituições, concentrando, assim, uma ampla capacidade de decisão. Apesar de os universitários constituírem uma minoria

social, destaca-se sua notável capacidade de pressão e mobilização que, mesmo com poder significativamente limitado, conseguiu influenciar a sociedade e a ditadura civil-militar, afetando decisões políticas e educacionais. Os efeitos dessas pressões estudantis merecem ser considerados e, embora não sejam aprofundados neste trabalho, o tema foi tratado com mais detalhes em pesquisas como as de Motta (2014) e Valle (2008).

Nos editoriais, percebe-se uma preocupação com os impactos que o desrespeito aos rituais democráticos e os atos de violência da ditadura civil-militar poderiam causar à imagem internacional do país, afastando-o de uma 'imagem ideal de si mesmo' como uma nação que aspirava ser vista como 'civilizada'. O periódico demonstrava interesse em preservar a aparência de uma 'normalidade democrática' por meio da manutenção dos rituais legais e institucionais, sendo que a inobservância desses elementos abria espaço para críticas ao governo.

Além das atitudes da ditadura, a própria pauta do *JB* indica outra característica do *habitus* social brasileiro: o autoritarismo conservador, que de acordo com Fausto (2001), se manifesta no Estado por meio de práticas voltadas a suprimir as mobilizações contestatórias de grupos sociais e a centralizar as decisões políticas. Essa tendência autoritária latente se intensifica e se expande pela sociedade e pelas relações sociais à medida que ditadura civil-militar se consolida.

Considerando essa tendência e com base na categoria estabelecidos-*outsiders*, de Elias e Scotson (2000), analisa-se a dinâmica da relação entre estudantes universitários e governo a partir da perspectiva das representações do *JB* para compreender as suas características em uma conjuntura de desequilíbrio de poder.

A dinâmica da estigmatização e a luta pelo domínio do espaço

Desde 1964, o *JB* destaca repetidamente a postura autoritária e a incapacidade do então ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda para negociar com os estudantes e resolver os problemas educacionais. Isso se deu porque as características desse ministério e do regime se confrontavam com o caráter reivindicatório dos movimentos estudantis, que ainda se mantinham alinhados a práticas e concepções desenvolvidas no início da década de 1960, período marcado, segundo Sanfelice (2007), pela ascensão das massas populares e de suas pautas.

As estratégias de negociação dos estudantes estavam fundamentadas em mobilizações de massa, uma forma de ação que se consolidou após o fim da ditadura de Getúlio Vargas e ganhou força durante o governo de João Goulart.

Esse tipo de pressão, cada vez mais frequente, entrava em choque com o discurso da ditadura, centrado na defesa da união, da ordem e do suposto apoio popular. Nesse contexto, as tentativas de conciliação tornavam-se ainda mais difíceis, uma vez que parte dos estudantes manifestantes exigia o fim do regime ditatorial e incentivava a população a se mobilizar contra o governo.

Durante grande parte do governo de Castello Branco, tanto o ministro da educação quanto o próprio governo demonstravam pouca disposição para adotar posturas flexíveis que favorecessem o diálogo e a negociação, optando, em vez disso, por uma abordagem pautada na repressão e na omissão diante das reivindicações e mobilizações políticas dos estudantes de oposição. Nesse contexto de impasse, os editoriais esforçavam-se para destacar a necessidade de o governo estabelecer uma distinção entre os universitários.

Os estudantes que aderiam às ideias do governo ou que evitavam se posicionar contra ele eram chamados, e também se autodenominavam, de 'estudantes autênticos' ou 'democráticos'. Esses estudantes não enfrentavam a ditadura civil-militar, não participavam de organizações de esquerda e evitavam envolvimento em embates políticos, restringindo-se a questões acadêmicas. Segundo o governo, com esses estudantes, que aceitavam os enquadramentos impostos, haveria espaço para o diálogo – embora, na prática, esse diálogo se configurasse como um monólogo, limitado a uma minoria e sem resultados concretos que satisfizessem a comunidade estudantil.

Já os *outsiders* eram os estudantes que, após o governo de Goulart, perderam suas posições de prestígio e passaram a ser marginalizados da participação na vida pública nacional. Essa exclusão foi respaldada por acusações de uso de recursos públicos para doutrinação e propaganda comunista, além da promoção da quebra de hierarquia e da desordem (Revolução e educação, 1964; Estudantes sem bandeira, 1966).

A partir de 1966, diante do crescimento das manifestações de rua e a ocupação de prédios universitários em diversas regiões do país, o ministro Moniz de Aragão passou a adotar um discurso de abertura ao diálogo, incluindo tentativas de negociação com grupos e líderes estudantis mais insubmissos, os *outsiders*. No entanto, a postura inflexível do governo que não aceitou os apelos dos estudantes em 1964 continuou a demonstrar que não aceitava demonstrações de pressão e que restringia pautas essenciais para esses

estudantes, como a abolição da Lei Suplicy e o fim das prisões estudantis, somada à continuidade da violência policial, da vigilância e da atuação repressiva do DOPS, impedindo que essas iniciativas resultassem em acordos conciliatórios e perpetuando o ciclo de protestos e repressões.

Os editoriais empenharam-se em destacar a diferenciação entre os estudantes universitários, separando-os em *outsiders* e ‘estabelecidos’. Para reforçar essa distinção, reafirmavam a estigmatização de parte dos estudantes, em sintonia com a postura adotada pelas autoridades da ditadura civil-militar. Segundo Elias e Scotson (2000), a estigmatização se intensifica quando o equilíbrio instável de poder ameaça o estilo de vida e os valores dos estabelecidos.

A estigmatização é um mecanismo que consiste na atribuição de características negativas aos *outsiders*, como desordem e falta de confiabilidade, com o objetivo de desvalorizá-los, contribuindo para a criação e manutenção de desigualdades e para o controle das posições de poder. Nesse sentido, torna-se necessário evidenciar o desprezo direcionado a esses grupos. A eficácia dos estigmas está diretamente relacionada ao grau de legitimação social dos estabelecidos e à limitada capacidade de reação dos *outsiders*. Em última instância, o propósito dessa prática é facilitar a exclusão dos *outsiders* de cargos com maior potencial de influência.

Diziam os editoriais que o governo não poderia realizar uma política que ameasse todos os estudantes, precisando realizar a diferenciação estudantil. Assim, defendia que a maioria era formada de estudantes chamados de ‘juventude estudiosa’, estudantes de ‘bom nome’, aqueles que possuem a ‘estima da sociedade’. Além disso, são representados como vítimas de outros estudantes caracterizados como “[...] aproveitadores, [...] máfia de intimidação de coação e de terror dentro das universidades [...]”, os que impediam os “[...] verdadeiros estudantes [...]” de estudar com ordem, prática que, para o periódico, representava o “[...] começo de toda ação civilizada” (Perspectivas Sombrias, 1965, p. 6).

Dessa forma, os indivíduos pertencentes ao grupo dos estabelecidos eram vistos – e se viam – como a ‘minoridade dos melhores’, acreditando que seu poder superior refletia um valor humano intrínseco mais elevado. Com base nessa suposta superioridade, buscavam excluir o outro grupo e evitar o contato social com os *outsiders*, definidos como a ‘minoridade dos piores’ – aqueles que não compartilham e, muitas vezes, questionam os valores dos estabelecidos, para os quais a inquestionabilidade é essencial para a coesão e a manutenção da força (Elias & Scotson, 2000).

É importante destacar que grande parte dos estudantes era oriunda das classes médias, entre as quais havia setores que apoiavam o golpe e a ditadura civil-militar. Nesse sentido, Napolitano (2017), ao analisar a postura dos grandes periódicos, observa que a questão estudantil era um tema particularmente sensível para o público de classe média, que consumia esses veículos. O *JB* por exemplo embora defendesse o protesto dos jovens excedentes que queriam entrar nas universidades, ao mesmo tempo associava grande parte das manifestações estudantis à desordem e à subversão. No entanto, as posições da grande imprensa não foram homogêneas, como exemplificam o *Correio da Manhã*, que demonstrava pleno apoio aos protestos estudantis, e o *Estado*, que adotava uma postura crítica e hostil em relação a eles (Valle, 2008).

Enquanto isso, o *JB*, como visto, optava por uma abordagem diferenciada, evitando generalizações. As representações editoriais passaram a distinguir os estudantes universitários entre dois grupos: a ‘maioria’, composta por aqueles que compartilham os códigos sociais dos estabelecidos, e a ‘minoridade’, formada por indivíduos anômicos, os *outsiders*, que rejeitam as regras impostas. No entanto, a opinião expressa nesses editoriais indicava que ambos os grupos deveriam ser mantidos dentro dos limites das instituições de ensino, concentrados em demandas por melhorias universitárias. A eles era atribuída a função de agentes voltados para o desenvolvimento econômico e moral, sendo, portanto, afastados dos problemas sociais mais amplos e das esferas de decisão política.

Os estudantes definidos como ‘minoridade’ são acusados de se apropriar das ‘reivindicações justas’, de caráter educacional, para transformar a ‘maioria’ dos estudantes em uma ‘massa de manobra’ utilizada com fins políticos e de disputa de poder. Segundo o periódico, o evidente sucesso dessa ‘minoridade’ em mobilizar a massa estudantil é atribuído à persistência de problemas estruturais nas universidades, marcadas pelo sucateamento e pelo conservadorismo, o que torna os jovens mais vulneráveis à mobilização (Incompetência subversiva, 1966). Esse argumento reforça a ideia de que a rebeldia dos jovens decorre da ociosidade e da falta de um aprendizado que os mantenha ocupados nas escolas.

Apesar de serem um grupo minoritário e privilegiado, com acesso a recursos que permitiam a continuidade da escolarização, os estudantes universitários eram formados por sujeitos diversos e ocupavam a posição de *outsiders* em relação ao Estado. Muitos haviam perdido posições de influência ou liberdade, enquanto outros,

apesar do poder associado à sua origem nas classes médias, dependiam fortemente do governo para manter ou consolidar sua presença no ambiente universitário. Além disso, estavam sujeitos à constante coerção exercida pelo monopólio legal da violência controlado pela ditadura civil-militar.

O Presidente Costa e Silva, preocupado com a popularidade, assume o poder com a promessa de abertura e de tolerância, apesar de ter como seus apoiadores líderes da direita militar (Motta, 2014). A pasta da Educação foi confiada ao jurista Tarso Dutra. Nos editoriais de março de 1967, ‘Solução Imediata’ e ‘Solução Racional’, se destaca o compromisso presidencial de resolver a curto prazo o problema dos excedentes, alunos que eram classificados, mas não podiam se matricular por falta de vagas.

O Presidente decreta a matrícula de todos os excedentes, contudo, as universidades alegavam falta de recursos orçamentários para integrá-los (Motta, 2014). Ainda sobre o problema dos excedentes, os editoriais de abril de 1967, ‘Cruzada Nacional’, ‘Educação e Liberdade’, ‘Nome em Cruz’ e ‘Participação Estudantil’ propõem uma campanha nacional de educação que contasse com a participação e colaboração das classes produtoras e empresariais para resolver os problemas educacionais.

Mesmo depois do governo ditatorial ensaiar uma aproximação ao encaminhar estudos para a atualização das universidades, os estudantes retornaram às ruas do Rio de Janeiro (Abertura, 1966). Embora o novo governo acenasse para um diálogo com os estudantes, a ocultação do conteúdo dos acordos MEC/*United States Agency for International Development* (USAID)¹ gerou protestos anti-imperialistas e nacionalistas. O Ministro da Educação ratificou não voltar atrás em relação aos acordos e disse aos estudantes: ‘pode entrar em greve todo o país inclusive apoiado por outros países’. Os estudantes de oposição que discordavam dos acordos foram chamados pelo periódico de “[...] minorias ativistas [...]” e sua postura chamada de “[...] exagerada, [...] sem sentido [...]” e “[...] histeria política” (O complexo, 1967, p. 6).

Em maio de 1967, as manifestações estudantis são retomadas. Os editoriais de junho de 1967, ‘A Universidade’, ‘Terra de ninguém’ e ‘Espírito universitário’ destacam o embate entre estudantes e a polícia nas ruas de várias cidades do país. Esses eventos são desvalorizados ao serem representados como práticas “[...] monótonas, [...] fúteis, [...] enfadonhas, [...] não sérias [...]” e “[...] não estudantis” (Os falsos pretextos, 1967, p. 6).

A imagem dos ‘indisciplinados’ e ‘desordeiros’ é contrastada com a dos estudantes considerados vítimas, desrespeitadas por serem impedidos de estudar por causa dos protestos. Essa dinâmica da estigmatização visava paralisar as ações dos *outsiders* ao diminuir o seu valor como pessoa e desvalidar as suas reivindicações, o que criava um cenário propício para gerar dúvidas, oposições e desuniões entre os estudantes.

Os editoriais também visavam, a partir da diferenciação, utilizar a estigmatização para separar os estabelecidos dos *outsiders*. Ação que certamente enfraqueceria o movimento estudantil com a divisão entre os estudantes. Na relação estabelecidos-*outsiders*, os *outsiders* são considerados anômicos, aqueles que desprezam as normas e o contato com eles torna os membros do grupo estabelecido ameaçados por uma ‘infecção anômica’, tornando-os pessoas de menor valor, o que poderia afetar o status social desses membros e promover a sua exclusão dos estabelecidos. Esse argumento serve para estimular a “[...] evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo *outsider*” (Elias & Scotson, 2000, p. 26).

Em ‘Formas mais altas’ (1967) é possível observar que se evidenciou que a violência, apesar de ser usada em graus diferentes foi compartilhada pela ditadura e pelos estudantes, indicando que ela foi um atributo presente na relação de comunicação dessa figuração. Em ‘Agitação e desmoralização’ (1967, p. 6), se reforça a violência e o caos promovido pelas manifestações estudantis: “Estudantes protestam, fazem passeatas, armam barricadas, enfrentam a polícia”. Em ‘Caso de polícia’ (1967), pede-se a atuação da repressão policial contra estudantes da Guanabara, acusados de depredação ao protestarem contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os acordos MEC/USAID.

Em outubro de 1967, diante da concentração estudantil em frente ao MEC, o periódico se posicionou: “[...] temos atacado nestas colunas as manifestações estudantis de desordens e desafio à autoridade” (Desafio e Impunidade, 1967, p. 6). Neste editorial, é narrada a ocupação da rua, carros imobilizados, gritos, vaias, discursos, barricadas, pancadaria e a cidade despolicada. Também se descrevem as faixas e cartazes com dizeres contra o pagamento das anuidades e os acordos MEC-USAID.

Em 1968, observou-se um aumento significativo na quantidade de editoriais dedicados à educação, chegando a haver dias em que foram publicados até três textos exclusivamente sobre o tema. Essa ênfase e continuidade da campanha sobre educação no *Jornal do Brasil* acompanha o aumento das movimentações

¹ Embora a USAID já atuasse no Brasil há mais de dez anos, suas ações se intensificam no governo pró-estadunidense de Castello Branco (Motta, 2014).

estudantis. Essa escalada de manifestações, vista como ameaça à ordem estabelecida, era acusada de desrespeitar a propriedade privada, a economia, a locomoção e o trabalhador.

No dia 30 de março de 1968, os editoriais *A Morte* (1968), *Inércia* (1968) e *A Exploração* (1968) analisam as movimentações estudantis e a morte de Edson Luís de Lima Souto, estudante morto com um tiro no coração pela Polícia Militar durante a manifestação pública pelo apreçamento das obras e melhoria do restaurante estudantil 'Calabouço', no Rio de Janeiro.

O editorial destaca a fala do General Niemeyer, chefe da polícia executiva: "Os rapazes tinham maior 'poder de fogo' do que os policiais" (*A Morte* 1968, p. 6, grifo do autor). O editorial também afirma que eles tinham apenas pedras para reagir contra o espancamento da Polícia Militar, que poderia ter usado armas de dissuasão – bombas de efeito moral, jatos de água e gás lacrimogêneo – para evitar a morte de Edson (*A Morte* 1968, p. 6, 1968).

Em certos momentos, como no caso da morte do estudante, em que a sociedade se comove contra a violência do Estado, os editoriais condenavam as violências policiais. No entanto, como visto, por várias vezes o *JB* se apresentou como favorável ao uso da violência policial e cobrou ações de força do próprio governo e da polícia para conter as mobilizações de pressões populares, que questionavam os valores e práticas dos estabelecidos e mostravam as suas insatisfações sociais.

Para desvalorizar as manifestações dos estudantes, o *JB* as acusava de não serem estudantis, mas sim políticas. Para provar isso, destacava nos cartazes empunhados pelos estudantes, que proferiam palavras de ordem contra a guerra do Vietnã, a morte de Che Guevara, a política salarial e a ditadura instaurada no Brasil (*Inércia*, 1968).

Os protestos relacionados a demandas políticas eram compreendidos como um desrespeito contra as normas estabelecidas, pois aos estudantes era permitido realizar apenas reivindicações educacionais. Essa restrição está atrelada à irreabilidade do mito social que delimitava os espaços de atuação dos estudantes. Na prática, as demandas políticas e educacionais se misturavam nas universidades. O próprio movimento estudantil adquire relevância histórica com a apropriação de demandas sociais e nacionais.

Seguir as regras, para os estabelecidos, representa a própria sobrevivência grupal e o simples fato de outros grupos ignorarem-nas representa um ataque que precisa ser revidado. Os dizeres políticos dos cartazes afetavam a imagem da ditadura civil-militar e do seu grupo, pois eles não podiam admitir que viviam sob a égide de uma ditadura, tendo em vista que isso feria a autoestima grupal, que se definiam como democráticos. Esse incômodo aos estabelecidos representava o que Elias e Scotson (2000, p. 37) chamam de "[...] contra-estigmatização [...]" dos *outsiders* e o seu funcionamento indica que as relações de força poderiam mudar.

Assim, os estudantes *outsiders* eram vistos como uma ameaça porque não seguiam as normas e os tabus impostos, mas como um grupo pequeno, não poderiam retirar a ditadura da sua posição de poder. Mesmo assim, conseguiam prejudicar a "[...] imagem ideal do nós [...]" e a "[...] coesão grupal [...]" dos estabelecidos com a suposta disseminação de contaminação anômica, o que, por sua vez, afeta a "[...] opinião grupal [...]", ou seja, a consciência dos estabelecidos que se desarticula quando a "[...] crença no carisma especial do grupo [...]" é abalada pela ameaça de declínio do seu poder (Elias & Scotson, 2000, p. 44-45).

Os editoriais de abril de 1968, 'Defesa da ordem', 'Do protesto à desordem', 'Não à desordem', 'Sim à educação', 'Foco de agitação' e 'Educação como jogo' representavam os estudantes engajados nas passeatas como 'facção aventureira', 'fanáticos', 'conspiradores' e 'intolerantes' que atuavam como 'guerrilha urbana', 'rebeliões' ou 'ação de massas que se confunde com a desordem'. Tais editoriais concluem que tudo é válido para estabelecer a ordem.

As representações sociais nos editoriais criticavam os estudantes *outsiders*, não apenas pela sua participação política, mas também pelo uso da violência ou por gerarem violência. Os estigmas lançados contra as manifestações estudantis para desagregar os estudantes não surtiem os efeitos paralisantes desejados. Como reação, os editoriais instigam a crença de um ambiente que ameaçava valores como consenso e a ordem, pilares dos códigos sociais e das crenças do grupo estabelecido. Diante disso, solicitavam providências repressivas contra as movimentações estudantis (*Foco de Agitação*, 1968).

Os editoriais do *Jornal do Brasil* lançavam estigmas mais agressivos contra os estudantes *outsiders*, com o objetivo de reduzir seu apoio social e colocá-los sob suspeita de ameaçar a ordem pública. Esse aumento da hostilidade refletia o crescente descontentamento dos grupos liberais e conservadores diante do cenário de constantes mobilizações, levando à defesa do autoritarismo estatal como estratégia para silenciar esses sujeitos e criar a aparência de normalidade.

Novamente, no dia 4 de abril de 1968, o *JB* dedica três editoriais para abordar a educação: ‘Os estudantes’, ‘O governo’ e ‘Os políticos’. No primeiro, fala da necessidade de as universidades punirem os estudantes que são os ‘agentes da desordem’. No segundo, ressalta que o ‘governo constitucional autoritário’ tem a força para manter o controle e condenar os estudantes ‘baderneiros’. O último acusa o Congresso de ser inútil frente ao conflito.

O *JB* defendeu a violência do Estado diante de protestos que se confrontavam com a polícia, impediam a vida da cidade e o desenvolvimento econômico e aumentavam o sentimento de revolta na população (O caminho do caos, 1968; Omissão, 1968; Joio e trigo, 1968; Brasil Parado, 1968). Para fortalecer seu argumento sobre a necessidade de controlar o ambiente, compara o cenário de 1968 ao de 1964.

Essa posição indica que o aumento do autoritarismo do Estado se reverbera pela sociedade e apesar da violência ser condenada de forma geral ela também é solicitada em momentos considerados de crise. Cabe destacar que a diante de mobilizações das massas o *JB* como representantes de empresário e integrante da elite defendia a coerção dos movimentos por meio de ações autoritárias relacionadas ao uso da força policial ou da intervenção militar como fez em 1964.

Em resposta às acusações do governo, que culpava a narrativa exagerada da imprensa de incitar ou criar a crise, o *JB* pedia que o presidente fosse ao Rio de Janeiro para constatar pessoalmente que o descontentamento popular era um ‘fato’ e não meras invenções alarmistas da mídia (Brasil parado, 1968). Diante de um cenário que descrevia como ‘dramático’, o *JB* enfatizou que a nação clamava por autoridade, segurança, desenvolvimento e, sobretudo, ‘ordem’, para que o país pudesse trabalhar e produzir (Omissão, 1968).

Essa postura enfatiza a omissão do governo de Costa e Silva diante da crise. Essa caracterização de imobilismo e da hesitação presidencial frente aos acontecimentos foi destaque em outros grandes periódicos, como o *Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* (Martins Filho, 1996).

O governo de Costa e Silva, que assumiu a presidência com discursos sobre a transição democrática e promessas de liberdade, manteve uma atmosfera otimista por pouco tempo. Em 1968, a oposição declarada ao governo cresceu, acompanhada pela ampliação das manifestações de oposições – Frente Ampla, operários, ligas camponesas, artistas, jornalistas e membros do clero – que atestavam a crescente impopularidade do governo da ditadura civil-militar.

No final de junho de 1968, a onda de manifestações estudantis se espalha por todo o país. Apesar de manter estudantes presos, as autoridades governamentais esboçam tentativas de conciliação com os estudantes, o que pode ser notado com a permissão das passeatas pacíficas, a criação de um Grupo de Trabalho para estudar a Reforma Universitária e a distribuição de verbas para algumas universidades (Suprema Urgência, 1968).

Nas chamadas passeatas pacíficas, havia a participação de setores adultos e a Polícia Militar permanecia nos quartéis. Em São Paulo, ocorreu uma passeata nesse formato, considerada ‘quase pacífica’. Os governos estaduais transferiram a responsabilidade pela organização e segurança dessas manifestações para seus próprios organizadores (Omissão, 1968). A continuidade das passeatas exigia um maior autocontrole tanto por parte dos manifestantes, quanto das autoridades, com o objetivo de conter impulsos violentos e evitar a desordem social. Esse autocontrole também visava fortalecer a legitimidade de ambos os lados e, para os estudantes, buscava transformar as manifestações em um recurso de poder dentro das figurações escolarizadas. Contudo, o incômodo perante a continuidade das passeatas era estímulo.

O *JB* reconheceu que o movimento estudantil conseguiu sensibilizar a população da Guanabara na primeira passeata pacífica, que “[...] desfilou com disciplina por todo o centro da cidade sem interferir nos direitos e sem depredar” (Erosão da Autoridade, 1968, p. 6). No entanto, as constantes repetições de desfiles semelhantes se tornavam um incômodo e passam a ser descritas como prejudiciais para o desenvolvimento do país.

Seja pacífica ou violenta, com reivindicações de cunho educacional ou político, a constância da movimentação estudantil deixou de ser aceita pelos grupos estabelecidos, como o *JB*, por expressar a tensão e os riscos de uma disputa pelo poder, na qual os *outsiders* buscavam alcançar posições de liderança.

Esse receio é explicitado no editorial ‘A Sombra do passado’ (1968), que alerta para uma possível mudança na hierarquia do Estado ao afirmar que os estudantes abandonaram os estudos para tentar substituir as autoridades na resolução de disfunções sociais, buscando apoio de outros setores insatisfeitos desde 1964 para assumir essa posição de liderança. A disputa por espaços de poder fica evidente no editorial ‘Ao Futuro presidente’ (1968, p. 6), que ironiza: “Temos um governo no colégio e os estudantes governando”.

A continuidade das manifestações públicas, mesmo diante das tentativas de proibição, evidenciava a disputa por espaços de poder nos quais os *outsiders* buscavam expressar suas insatisfações diante das restrições à liberdade e ao poder, além de mobilizar a sociedade contra a ditadura civil-militar. Percebendo

essas ações de confronto direto como uma ameaça, o regime decidiu proibir as passeatas estudantis em julho de 1968 (O direito dos outros, 1968).

Na Guanabara, as Forças Armadas se situaram em pontos estratégicos para dissuadir os estudantes (Trinta mil fantasmas, 1968), porém, as movimentações nas ruas cariocas permaneceram. Em 'Corda esticada' (1968, p. 6), se destaca a multiplicação de "[...] lideranças estudantis radicais [...]", chamadas agora de 'esquerdistas', líderes que, segundo o periódico, querem mudar o regime e não os métodos educacionais, representando "[...] menos de 10% [...]" dos estudantes. Em contraposição, dizia o *JB*: a massa universitária formada por "[...] mais de 200 mil membros [...]" é antiesquerdista contrária a qualquer tipo de radicalização (Brasil parado, 1968, p. 6).

Sobre essa questão, Valle (2008) afirma que, a partir de 1966, houve a ascensão da esquerda na liderança das reivindicações estudantis. Em 1968, as lideranças de esquerda passaram a divergir entre a defesa de uma luta política mais ampla contra a ditadura e o imperialismo e a atuação focada em questões específicas no interior das universidades. Apesar dessas divergências, havia um consenso em torno da necessidade do enfrentamento, com o objetivo de expor o caráter ditatorial do regime. Os estudantes sabiam que o movimento estudantil, por si só, não teria força suficiente para derrubar a ditadura civil-militar, mas poderia contribuir para a articular um movimento popular mais amplo, capaz de alcançar esse objetivo.

Os editoriais 'Limites da tolerância' (1968) e 'Antes do pior' (1968) classificam os estudantes radicais de direita e de esquerda como 'anjos ditadores'. O embate entre esses grupos já ocorria dentro das universidades antes da ditadura civil-militar (Motta, 2014) e se extrapola para as ruas. Após quatro meses de intensas manifestações de protesto, que o *JB* descrevia como 'baderna', o periódico destaca o aumento da violência, evidenciado por *slogans* presentes nas passeatas, como: "[...] povo organizado primeiro e depois armado derruba a ditadura [...]" e "[...] o povo armado derruba a ditadura" (Limites da tolerância, 1968, p. 6). Diante desse cenário, defende o fim da tolerância em relação aos protestos.

O periódico continua ao demonstrar que a violência e os radicalismos prosseguem não somente entre os estudantes, mas também entre polícia e estudantes. Diante de explosões de bombas, invasões, assaltos, incêndios, tiros, mortos e feridos etc., dizia o *JB*: "A adoção da violência como fim – já que como meio não conduz a nada de bom – acelera-se neste país avesso à intolerância e às práticas totalitárias" (Impunidade, 1968, p. 6). Parece contraditório o periódico criticar a violência e defender o uso da força para impedir que as passeatas continuassem a acontecer.

Houve momentos de conflito em que a ditadura civil-militar hesitou em recorrer ou intensificar o uso da força física. No entanto, a partir de meados de 1968, a repressão tornou-se o principal instrumento na relação com os estudantes de oposição, manifestando-se na perseguição às lideranças e na proibição e repressão de manifestações – práticas que já vinham sendo adotadas antes da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Esse recurso foi decisivo para o esgotamento do movimento estudantil de massa, que perdeu força em 1968 e só voltaria a ressurgir em 1979 (Martins Filho, 2007).

A força da pressão estudantil não pode ser desconsiderada diante dos protestos contra os Acordos MEC/USAID, da cobrança regular de anuidades nas universidades e do impulso obtido na Reforma Universitária. Porém, de acordo com Motta (2014), essa pressão resultou em medidas efetivas somente depois do enfraquecimento do conflito estudantil nas ruas. Para o autor, o governo tinha um caráter conciliatório, que se ampliava quando a contestação ficava restrita à universidade e não extrapolava espaços públicos maiores como as ruas.

O caráter conciliatório não conseguia se consolidar diante dos protestos estudantis, que se expandiam para as ruas, desafiando as proibições e conquistando o apoio de setores populares. Nos primeiros anos da ditadura civil-militar, a relação entre estudantes e autoridades era marcada pelo distanciamento, aversão ao contato, intolerância e desejo de eliminar o grupo opositor. Essas características da dinâmica entre estabelecidos e *outsiders* dificultavam a construção de negociações durante a crise, já que os conflitos eram enfrentados por meio da pressão, da ameaça e da violência, em um cenário dominado por sujeitos inflexíveis.

Ironicamente, a política conciliatória, para ser viabilizada nessa conjuntura ditatorial, exigiu um elevado grau de coerção por parte do Estado, o que, dentro das figurações universitárias, contribuiu para o surgimento de uma oposição que precisou desenvolver um alto nível de autocontrole. Esse autocontrole era fundamental para manter suas posições e ao mesmo tempo evitar confrontos diretos que pudessem desencadear repressão e comprometer o exercício de suas funções acadêmicas no contexto universitário.

Isso se torna mais evidente após 1969, sob a égide do Ato Institucional nº 5, do silenciamento imposto ao movimento estudantil e da implementação das reformas universitárias. As relações entre muitos sujeitos

universitários e o governo priorizavam, em grande medida, a defesa de interesses acadêmicos e a própria sobrevivência, em detrimento de suas oposições políticas e ideológicas. No entanto, como destaca Motta (2014), esse comportamento conciliador não representou uma adesão à ditadura civil-militar, mas sim uma forma de acomodação, sustentada por 'ações modernizadoras' e por uma postura mais tolerante em relação aos professores universitários, bem como pelo acolhimento de demandas da esquerda acadêmica.

Ao explicar os motivos da decretação do AI-5, o ministro do exército General Lira Tavares afirmava que ele tinha o objetivo de assegurar a continuidade da 'Revolução', que pretendia efetivar a reconstrução nacional e exigia um "clima de ordem, o fortalecimento da autoridade e o combate sem trégua à subversão, responsável, está, pelos fatores negativos que cumpre eliminar, como conciliação imprescindível para que a Revolução prossiga a seu grande programa de realizações (Defesa da democracia..., 1968).

Essa falta de ordem, na prática, envolvia as expressões de insatisfação que pululavam em diversos grupos sociais, que não aceitavam perder suas posições de poder ameaçadas pela militarização do Estado. Não eram apenas os estudantes que se expressaram, mas também se observa a tentativa de o Congresso tentar preservar um resquício das suas atribuições ao não se submeter às imposições militares. Os políticos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) intensificam a oposição e o fim dos Atos Institucionais aumenta as pressões de sujeitos dos quartéis que queriam executar medidas repressivas para eliminar essa oposição afrontosa. Como se observa, a crise que também representava a esperança de parte da sociedade pelo retorno democrático foi interrompida pelo AI-5.

Como dito, o governo negava a existência da crise estudantil (Limites da tolerância, 1968), narrativa que se manteve até a última semana antes da promulgação do AI-5. No entanto, essa postura foi criticada no editorial 'Anel de vidro' (1968, p. 6), que condenou a tentativa do governo de apagar os acontecimentos, afirmando que "[...] passou-se uma vigorosa borracha sobre as passeatas, os choques violentos da polícia com os estudantes [...] como se não houvesse sangue, nem cabeças quebradas e nem mortes. Não há, igualmente, estudantes presos, à beira de serem libertados no dia 12".

O *JB*, além de criticar o esquecimento ou negação do governo sobre os embates que travou contra os estudantes, denuncia os seus resultados repressivos contra os mesmos que ainda estavam presentes na sociedade. A ditadura civil-militar negou a existência de conflitos com os estudantes e de ataques deferidos contra eles porque não poderia admitir a formação de um quadro de desequilíbrio de poder que evidenciasse a falta de consenso social sobre o novo regime, a existência de uma oposição popular e parlamentar e a perda do controle, cenário que se opunha ao ideal de legitimidade que defendiam. Além disso, esse quadro de protestos confrontava os valores de ordem, disciplina, normalidade, hierarquia e controle.

Considerações finais

Desde 1964, o *Jornal do Brasil* defendeu a existência da liberdade de imprensa, negou a censura (Revelações do Óbvio, 1964) e a existência de uma ditadura (Limites da Tolerância, 1968). Nesses momentos iniciais não aceitava que pertencia a um grupo que colaborou para implantar uma ditadura civil-militar que distanciava o país dos modelos democráticos de países desenvolvidos. Dessa forma, preferiu se concentrar no mito social que consistia na realização de uma 'Revolução' para salvar a pátria contra o comunismo e lutar pela democracia.

As permanências das injustiças sociais, especialmente na área educacional, revelam que o *habitus* 'social' de descaso com a educação e de diferenciar a partir da escolarização se impôs mesmo em um processo de ampliação do acesso às figurações escolares. A manutenção do analfabetismo, a baixa escolarização e as dificuldades de resolver esse problema desmistificou os discursos que justificavam os superpoderes da ditadura como um recurso capaz de realizar mudanças e reformas em curto espaço de tempo.

Essa educação marcada pela falta é incapaz de garantir o mínimo de estruturas básicas que garantam uma integração diferenciada no processo de escolarização. Essa marginalização é prejudicial para a racionalidade educacional formada pela sociedade, porque é disfuncional e desestabilizadora, ou seja, fomenta o conflito. Isso se deu porque a força do processo escolarizador é sustentada pela formação de sentimentos como a esperança, o que garante momentos de tranquilidade para a governamentalidade. A falta desse sentimento é capaz de gerar o aumento do descontrole social com a insatisfação e a desmotivação. Apesar de defender os valores dos estabelecidos, os editoriais do *JB* abrem um espaço para críticas ao governo da ditadura civil-militar e seus membros, assim como contra os estudantes, políticos e empresários, por cultivarem o *habitus* social de desvalorização da educação e não compreenderem o seu papel para o desenvolvimento do país.

A oposição do *JB* diante das omissões educacionais se constrói com cuidado e, geralmente, enfatiza emoções negativas, o que é possível perceber nos títulos dos editoriais. Essas emoções servem para expressar a continuidade das faltas educacionais que o periódico relaciona com o subdesenvolvimento e a falta de cultura do país. Nessas representações emocionais, se explicita a situação da educação escolarizada como um símbolo social de vergonha, culpa e inferioridade. O campo educacional e suas reivindicações se tornam um espaço autorizado e legítimo para as críticas contra a ditadura civil-militar, utilizado tanto pelos estudantes, jornalistas, políticos etc.

A exacerbação do autoritarismo se torna mais evidente nas figurações universitárias cujos vínculos com o poder público possuem menos dependência se compararmos com professores e outros funcionários públicos, cujas demonstrações de força foram explicitadas desde o início da ditadura civil-militar. Os estudantes universitários eram caracterizados por terem alcançado uma posição social privilegiada na figuração escolarizada e a maioria pertencia a famílias que podiam garantir seu acesso às escolas secundárias, ainda que também houvesse alguns sujeitos das classes populares. Antes do golpe civil-militar, possuíam o respaldo e apoio do governo de Goulart, contudo, na ditadura, se tornam *outsiders* ao perderem sua autonomia, ou seja, foram destituídos de posições oficiais de poder e marginalizados ou conformados a partir da tentativa do processo de despolitização.

No entanto, a repressão inicial da ditadura civil-militar contra os estudantes criou uma imagem negativa do governo e serviu para organizar e fornecer apoio social aos estudantes, o que resultou em posições sociais polarizadas e dificuldades de realizar negociações. As demonstrações de insatisfações apontam para a ineficiência da ditadura civil-militar em se legitimar e impor os seus valores de união, hierarquia, ordem e homogeneidade social. Esse clima de evidente desequilíbrio de poder e descontentava também o *Jornal do Brasil*, que se torna um dos agentes do processo de estigmatização que sustenta e constrói mitos sociais que visam conter os *outsiders*. Para isso, se esforça em revelar uma diferenciação entre os estudantes de oposição, que se engajavam nas manifestações de protestos, e aqueles que não manifestavam seu descontentamento político, se concentrando nas atividades acadêmicas dentro das universidades.

Apesar de concordar com a negligência da ditadura civil-militar perante as evidentes faltas educacionais, o *JB* pertencia ao grupo estabelecido e ainda que não ocupasse uma posição dirigente para tomar decisões, compartilhava e disseminava os seus valores, além de tentar impor pautas políticas e direcionamentos em suas campanhas. Dessa forma, acusa as mobilizações estudantis de utilizarem as reivindicações educacionais para mobilizar a sociedade e atingir objetivos políticos que visavam atacar o governo. O cenário das constantes manifestações estudantis foi representado pelo periódico como uma ameaça social e econômica que precisava ser controlada. Para isso, o periódico exigiu a aplicação da autoridade para o estabelecimento da ordem ou de uma aparente 'normalidade' a qualquer custo. Assim conclamou a ditadura civil-militar a usar a força para impedir que os *outsiders* conquistassem o espaço público o tornando um recurso de poder para exercer pressões sociais.

Disponibilidade de dados

Os dados resultantes do estudo constam no corpo do artigo, na Figura 2, nas transcrições e nas análises ao longo do texto. Os dados de base utilizados nesta pesquisa estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, plataforma da Fundação Biblioteca Nacional, acessível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Referências

- Abertura. (1966, 14 de setembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Abreu, A. A. (2006). 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In M. M. Ferreira. *João Goulart entre a memória e a história* (pp. 107-128). FGV.
- A efígie. (1964, 25 de agosto). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- A exploração. (1968, 30 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Agitação e desmoralização. (1967, 6 de julho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Alvim, T. C. (1979). *O Golpe de 64. A Imprensa disse não*. Civilização Brasileira
- A morte. (1968, 30 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Anel de vidro. (1968, 7 de dezembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Ano da ignorância. (1967, 12 de dezembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.

- Antes do pior. (1968, 23 de outubro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Ao futuro presidente. (1968, 22 de novembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- A resposta dos moços. (1968, 11 de janeiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Árvore secular. (1967, 6-7 de agosto). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- A sombra do passado. (1968, 2 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Athayde, T. (1964, 13 de agosto). Terrorismo cultural. *Jornal do Brasil*, p.6.
- Atos e palavras. (1965, 4 de maio). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- A universidade. (1967, 3 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Azevedo, L. R. (2010). O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX. *Educação, Cultura e Comunicação*, 1(2). <http://revistas.unifatea.edu.br:8081/seer/index.php/eccom/article/view/377>
- Bahia, J. (1990). *Jornal, história e técnica. As técnicas do jornalismo* (Vol. 2). Ática.
- Barbosa, M. (2015). *História cultural da imprensa*. Mauad.
- Batalha perdida. (1966, 5 de setembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Brasil parado. (1968, 4 de julho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Capelato, M. H. R. (1988). *Imprensa e história do Brasil* (2a ed.). Edusp.
- Carvalho, A. C. (2013). Os jornais cariocas da Rede da Democracia na queda do governo Goulart. *Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, 58, 30-44.
- Carvalho, C. H., Araújo, J. C. S., & Gonçalves Neto, W. (2002). Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-195). In J. C. S. Araújo. & D. G. Júnior (Orgs.). *Novos temas em história da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa* (pp. 66-89). Autores Associados.
- Caso de angústia. (1965, 13 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Caso de polícia. (1967, 20 de setembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Círculo de giz. (1968, 23 de janeiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Comportamento coletivo. (1968, 12 de janeiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Consciência educacional. (1965, 28 de fevereiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Corda esticada. (1968, 8 de outubro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Cruzada nacional. (1967, 8 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Cunha, L. A. (2014). Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. *Cadernos de Pesquisa*, 44(154), 912-933.
- Cunha, L. A., & Góes, M. (1996). *O golpe na educação*. Zahar.
- Dantas, A. (2014). A mídia e o golpe militar. *Estudos Avançados*, 28(80), 59-74.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100007>
- Defesa da democracia está na lei, diz Lira. (1968, 21 de dezembro). *Jornal do Brasil*, p. 3.
- Defesa da ordem. (1968, 5 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Demolidores da educação. (1967, 14 de dezembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Desacerto. (1966, 6 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Desafio e impunidade. (1967, 26 de outubro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Desafio sem proposta. (1966, 15 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Do protesto à desordem. (1968, 31 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Drama da educação. (1965, 21 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Dunning, E., & Mennell, S. (1997). Prefácio à edição inglesa. In N. Elias. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX* (pp. 7-14). Zahar.
- Educação. (1967, 7 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Educação clandestina. (1965, 1 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Educação como jogo. (1968, 20 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Educação eleitoreira. (1964, 28 de novembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Educação e liberdade. (1967, 19 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Educação e política. (1964, 21 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.

- Educação obsoleta. (1966, 24 de fevereiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Elias, N. (2018). Introdução à sociologia. Edições 70.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador: uma história dos costumes* (2a ed., R. Jungmann, Trad.). Zahar.
- Elias, N. (2006). *Escritos & ensaios 1. Estado, processo, opinião pública* (F. Neiburg & L. Waizbort, Orgs.). Zahar.
- Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A busca da excitação* (M. M. Almeida e Silva, Trad.). Difel.
- Elias, N., & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Zahar.
- Erosão da autoridade. (1968, 2 de agosto). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Espírito universitário. (1967, 13 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Estudantes e ministros. (1964, 11 de julho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Estudantes sem bandeira. (1966, 18 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Excedentes. (1967, 6 de fevereiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Falência do ensino. (1965, 22 de dezembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Falência universitária. (1968, 9 de fevereiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Fausto, B. (2001). *O pensamento nacionalista autoritário*. Zahar.
- Fico, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de história*, 24, 29-60.
- Foco de agitação. (1968, 18 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Formas mais altas. (1967, 6 de julho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Futuro ameaçado. (1966, 18 de fevereiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Germano, J. W. (1993). *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*. Cortez.
- Grita artificial. (1966, 12 de fevereiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Hemeroteca Digital Brasileira. (2024). *Biblioteca Nacional Digital Brasil*. <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/normas-e-padrees/>
- Hora de agir. (1966, 24 de setembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Impasse a gravar. (1965, 12 de outubro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Impunidade. (1968, 17 de outubro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Incompetência subversiva. (1966, 20 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Inépcia e obstinação. (1965, 9 de novembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Inércia. (1968, 30 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Inversão de valores. (1966, 15 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Joio e trigo. (1968, 2 de julho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. (1971, 11 de agosto). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Lessa, W. D. (1995). *Dois estudos de comunicação visual*. UFRJ.
- Líderes e liderados. (1968, 9 de maio). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Limites da tolerância. (1968, 10 de agosto). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Marcando passo. (1968, 19 de janeiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Martins Filho, J. R. (1996). *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Edufscar.
- Martins Filho, J. R. (2007). O movimento estudantil dos anos 1960-1970. In J. Ferreira, & D. A. Reis Filho (Orgs.). *Revolução e Democracia* (pp. 183-198). Civilização Brasileira.
- Martins Filho, J. R. (2018). Movimento estudantil e militarização do Estado. In A. Müller, *1968 em movimento* (pp. 11-27). FGV.
- Mestres e alunos. (1964, 13 de outubro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Modernização universitária. (1966, 25 de fevereiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Motta, C. M. (2018). *Até a última página. Uma história do Jornal do Brasil*. Objetiva.

- Motta, R. P. S. (2014). *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Companhia das Letras.
- Não à desordem. (1968, 12 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Napolitano, M. (2014). *1964: História do regime militar brasileiro*. Contexto.
- Napolitano, M. (2017). A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, 43(2), 346-366.
- Nome em cruz. (1967, 21 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- O caminho do caos. (1968, 20 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- O complexo. (1967, 9 de maio). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- O direito dos outros. (1968, 27 de julho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Oferta de ensino. (1965, 21 de janeiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- O governo. (1968, 4 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Omissão. (1968, 22 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Os estudantes. (1968, 4 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Os falsos pretextos. (1967, 23 de maio). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Os políticos. (1968, 4 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Os reitores e as pupilas. (1967, 9 de novembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Paiva, V. (1990). Um século de educação republicana. *Pró-Posições*, 1(2), 7-18.
- Participação estudantil. (1967, 23 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Perspectivas sombrias. (1965, 5 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Política estudantil. (1965, 29 de julho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Ponto final. (1966, 27 de agosto). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Preparo profissional. (1966, 9 de julho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Primado do ensino. (1964, 19 de novembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Questão de brio. (1968, 2 de fevereiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Recursos estéreis. (1965, 2 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Reis Filho, D. A. (2014a). *Ditadura e Democracia no Brasil do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Zahar.
- Reis Filho, D. A. (2014b). *Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010*. Objetiva.
- Reforma universitária. (1965, 27 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Reitores e promotores. (1967, 22 de novembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Retrocesso. (1965, 16 de setembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Revelações do óbvio. (1964, 21 de outubro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Revolta. (1968, 21 de maio). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Revolução básica. (1964, 6 de maio). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Revolução e Educação. (1964, 3 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Rezende, M. J. (2013). *Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade - 1964-1984*. Edue.
- Ribeiro, A. P. G. (2003). Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, 1, 147-160. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2186/1325>
- Ridenti, M. (2014). As oposições à ditadura: resistência e integração. In D. A. Reis, M. Ridenti, & R. P. S. Motta (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (pp. 30-47). Zahar.
- Rollemberg, D., & Quadrato, S. V. (2010). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Civilização Brasileira.
- Romanelli, O. O. (1986). *História da educação no Brasil*. Vozes.
- Sanfelice, J. L. (2007). *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. Cortez.
- Saviani, D. (2008). O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, 28(76), 291-312. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>
- Sim à educação. (1968, 12 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Sintoma. (1966, 26 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.

- Solução imediata. (1967, 17 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Solução racional. (1967, 28 de março). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Souza, M. I. S. (1981). *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Vozes.
- Suprema urgência. (1968, 28 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Tempo perdido. (1965, 6 de outubro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Terra de ninguém. (1967, 19 de junho). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Trinta mil fantasmas. (1968, 9 de agosto). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Tumulto estudantil. (1966, 10 de setembro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Valle, M. R. (2008). *1968. O diálogo e a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Unicamp.
- Veiga, C. G. (2022). *Subalternidade e opressão sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*. Unesp.
- Vestibulares. (1967, 12 de janeiro). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Wouters, C. (2009). Mudanças nos regimes de costumes e emoções: da disciplinarização à informalização. In A. Gebara, & C. Wouters (Orgs.). *O controle das emoções* (pp. 91-118). UFPB.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Dayane Cristina Guarnieri: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEDU/UUEL), onde é bolsista CAPES. Mestre em História Social e Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina. Atua em pesquisas sobre a imprensa, ditadura e educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3898-1716>

E-mail: dayaneguarnie@hotmail.com

Tony Honorato: Doutor em Educação Escolar. Professor Associado do Departamento de Educação (EDU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEDU) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ-2/CNPq). Líder do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores. Atua com pesquisa no campo da História da Educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3057-1157>

E-mail: tony@uel.br

Nota:

Os autores declaram ser responsáveis pela concepção, análise e interpretação dos dados, redação e revisão crítica do documento do manuscrito e, ainda, da aprovação da versão final publicada.

Editor associado responsável:

Terezinha Oliveira (UEM)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9841-7378>

E-mail: teleoliv@gmail.com

Rodadas de avaliação:

Três convites; três pareceres recebidos

Revisor de normalização:

Adriana Curti Cantadori de Camargo